

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº, de 2007. (Do Senhor Deputado Eduardo da Fonte)

Solicita realização de audiência pública para tratar sobre os “critérios adotados no reajuste tarifário, na revisão tarifária periódica e na revisão tarifária extraordinária dos concessionários e permissionários do serviço público de distribuição de energia elétrica nos Estados, autorizados pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica”.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos dos arts. 255 c/c 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para tratar sobre os critérios adotados no reajuste tarifário, na revisão tarifária periódica e na revisão tarifária extraordinária dos concessionários e permissionários do serviço público de distribuição de energia elétrica nos Estados, autorizados pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica”.

1. Sr. JERSON KELMAN

Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
SGAN 603 módulo J Brasília DF - CEP: 70830-030
Telefone: (61) 2192 8600

2. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Para prestarem, pessoalmente, nesta Comissão, esclarecimentos sobre as regras adotadas nos reajustes e nas revisões tarifárias, os encargos e tributos repassados às contas de energia elétrica pagas pelos consumidores finais.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o aumento das contas de luz e a dificuldade de acesso a informações sobre o uso de energia elétrica, têm sido uma das maiores reclamações dos consumidores.

Dentro de dez anos, os reajustes das tarifas de energia elétrica ficaram bem acima da inflação do período. Entre dezembro de 1996 até junho deste ano, as tarifas médias subiram 350%, enquanto a inflação medida pelo índice IPCA registrou variação de 196%. Em termos reais (descontando-se a inflação) o aumento na conta de luz atingiu 77%.

Tomando-se o final de 2002 como ponto de referência, o aumento para o consumidor residencial atingiu 144% até junho deste ano. A tarifa média contabiliza variação de 181% nesses quatro anos e meio, a partir de dezembro de 2006.

O Brasil é campeão mundial na cobrança de impostos e encargos na conta de luz. É necessário que o consumidor saiba o valor real de sua conta, pois atualmente paga-se uma série de encargos, tributos e impostos que a fatura não mostra.

Faz-se necessário que as autoridades convidadas dêem a toda sociedade uma satisfação sobre o assunto, respondendo os questionamentos referentes aos critérios adotados nos reajustes e nas revisões tarifárias. O que não pode continuar a acontecer é o consumidor arcar com as despesas e prejuízos dos permissionários e concessionários de energia elétrica nos Estados da federação.

Diante da tão relevante tema, de interesse de toda a população, solicito apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento, para realização desta audiência pública.

Sala da Comissão, em 24 de outubro de 2007.

EDUARDO DA FONTE
Deputado Federal – PP/PE